

O sequestro ideológico da segurança pública

Uso político das polícias segue em marcha em Brasília, como demonstram a morte do soldado PM baiano e a escolha do novo ministro da Justiça e Segurança Pública

A crise política mais uma vez bateu às portas do Palácio do Planalto e atingiu em cheio o setor de Segurança Pública. E o que era para ser uma simples troca para agradar o Centrão, no caso a substituição do ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, acabou descambando para uma reforma ministerial que atingiu em cheio o setor de Segurança Pública e resvalou até nas hostes das Forças Armadas, num movimento nunca visto antes no país. André Mendonça deixou o Ministério da Justiça e Segurança Pública sem mostrar a que veio na segurança pública, inclusive com indicadores de homicídios em alta no país, e deu lugar ao delegado da Polícia Federal, Anderson Torres, que era Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.

A nomeação de um policial para o cargo é inédita na história do país, mas seus reflexos ainda estão por vir. Torres é amigo de um dos filhos do presidente Bolsonaro e deve rezar na cartilha do presidente para tentar desencavar pautas como o excludente de ilicitude, redução da maioria penal e ampliação do porte e da posse de armas. Nada de novo no front se observarmos o trabalho realizado pelos ministros que o antecederam no cargo, casos de André Mendonça e do ex-juiz Sérgio Moro.

A diferença agora de Torres para Moro e Mendonça é que ele não se trata de um novato nas relações com o Congresso Nacional e no tema segurança. Durante anos, o delegado atuou como chefe de gabinete de um deputado paranaense e teve a oportunidade de conhecer de perto as engrenagens que movem os ponteiros da Casa de Leis. Mais que isso, ele pode ser um ponto de redução das crescentes insatisfações de uma parcela dos policiais civis e militares, insatisfeita com os rumos dados pelo governo Bolsonaro a reivindicações antigas das categorias, e que ganharam corpo após a da PEC Emergencial que congelou salários de servidores. A ver os próximos capítulos.

De qualquer forma, os acontecimentos da semana evidenciaram mais uma vez a tentativa de Bolsonaro tirar o comando das polícias, sobretudo as militares, das mãos dos governadores dos Estados – ou ao menos usá-las para fustigar governadores e o pacto federativo. Exemplo maior dessa sonhada ingerência foi a apresentação de um requerimento de urgência assinado pelo deputado Victor Hugo (PSL-GO) para instalar no país uma medida de exceção, chamada de “mobilização nacional”, que daria ao presidente poder de confiscar bens, intervir na produção industrial e, claro, convocar civis e militares para ações determinadas pelo governo federal. A ação foi frustrada, mas despertou a atenção daqueles que têm alertado para as pretensões do projeto de poder do presidente e de seus seguidores.

Projeto que passa pelo uso de uma tragédia contra um soldado da PM baiana para atingir os governadores dos Estados. Wesley Soares foi morto no domingo passado por agentes do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) após disparar tiros de fuzil contra os agentes que tentavam convencê-lo a se entregar depois de mais de três horas de negociação. Visivelmente transtornado, o PM fez reclamações contra as medidas de restrição para combater a pandemia antes de ser alvejado.

O episódio inflamou a tropa de choque de Bolsonaro no Congresso Nacional, que viu uma oportunidade de usar o caso para atacar os governadores. Primeiro, apontaram a morte do soldado como um ato de heroísmo, em mais um vergonhoso aceno político para insuflar atos de desobediência nas tropas, a exemplo do que já havia ocorrido com os motins do ano passado no Ceará. Depois, porém, tiveram que recuar, sob o risco de arranharem ainda mais a imagem presidencial com esse grupo de apoio. Isso decorreu do mal-estar entre os policiais, que estavam a serviço e quase foram mortos pelo colega de farda após sucessivos pedidos para que ele se entregasse.

Wesley foi usado pela narrativa bolsonarista sem um mínimo de empatia. Já Torres, que despachará diretamente com presidente no Palácio do Planalto, terá o desafio de juntar os cacos dos policiais massacrados por péssimas condições de vida e colá-los ao projeto de poder do atual governo.

<https://www.fontesegura.org.br/editorial/xmukfcuvae>



